

CONSELHO REGIONAL DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS NA EUROPA DO CCP

Sexta reunião ordinária

10.03.2022 – 11.03.2022

Lisboa (Ministério dos Negócios Estrangeiros)



Ata da sexta reunião ordinária do Conselho Regional das Comunidades Portuguesas na Europa (CRCPE), realizada nos dias 10 de março e 11 de março de 2022, na Sala dos Concursos, nas instalações do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Palácio das Necessidades, Largo do Rilvas, Lisboa.

A sexta reunião, incluindo a Ordem de Trabalhos, foi convocada pelo Secretariado do CRCPE: Presidente Conselheiro Pedro Rupio (Bélgica) e Secretário Conselheiro Amadeu Batel (Suécia).

Para além dos membros de Secretariado, estiveram presente os seguintes Conselheiro(a)s das Comunidades eleito(a)s pela Europa : Alfredo Stoffel, Maria do Céu Campos, José Loureiro, Manuel Machado (Alemanha) ; José Manuel Costa Gonçalves (Andorra); Raúl Lopes, Manuel Cardia de Lima, João Veloso, Luísa Semedo, Carolina Amado, Paulo Marques, Manuel Aparício, Rui Barata (França), João Verdades Santos, Rogério Oliveira (Luxemburgo), Sérgio Tavares (Reino Unido), Domigos Pereira e José Abreu (Suíça).

1º Dia - Quinta-feira, 10 de março

10H00 Sessão de abertura

O presidente Pedro Rupio abriu a sessão dando as boas-vindas a tod(o)as o(a)s presentes, agradecendo a disponibilidade manifestada em participar nos trabalhos do CRCPE tendo, em seguida, introduzindo os temas a versar durante a reunião. Fez ainda uma breve referência a afirmações insultuosas proferidas pelo deputado do CHEGA, André Ventura, aquando da reunião do CRCPE em junho de 2021. Na altura, André Ventura considerou que os conselheiros eleitos pela Europa estavam agarrados a “tachos” e desfrutando de uma vida faustosa. Nesta conformidade, Pedro Rupio exigiu, em defesa da honra dos conselheiros, uma justificação do deputado do CHEGA sobre estas gravosas declarações.

10H15 Debate no âmbito dos 50 anos da criação da rede oficial do ensino de português no estrangeiro (EPE): apreciação das linhas programáticas do Governo e dos diferentes partidos com assento parlamentar para “filhos dos emigrantes”.

Pedro Rupio dá início ao debate fazendo a apresentação dos intervenientes do debate por esta ordem de intervenção: Rui Tavares (deputado eleito pelo LIVRE, Pedro Soares (deputado do Bloco de Esquerda), João Oliveira (deputado do PCP), João Ribeiro de Almeida (Presidente do Instituto Camões), Firmino Marques (deputado do PSD e Presidente da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência), Maria João Ruela (assessora do Presidente da República), Paulo Pisco (deputado do PS), Carlos Gonçalves (deputado do PSD), Joana

Cordeiro (deputada eleita pela IL), Inês Sousa Real (deputada do PAN), João Neves (Instituto Camões) e Amadeu Batel (Vice-Presidente do Conselho Permanente do CCP).

O presidente do CRCPE destaca na sua intervenção as consequências negativas da mudança de tutela em 2010 do Ministério da Educação (ME) para o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), nomeadamente, a alteração do estatuto do professor, a significativa redução do seu número devido a despedimentos e o decréscimo de número de alunos de 54.083 para 45.220 no ano letivo de 2013. A redução do número de alunos atingiu o seu mínimo histórico em 2021 com apenas 36.662 alunos. Salientou o impacto devastador da propina, sobretudo no ensino paralelo e ainda o facto de os públicos-alvo, independentemente, da sua proficiência linguística serem todos metidos no mesmo saco, ou seja, obrigados a aprenderem português como língua estrangeira (PLE). Pedro Rupio, questionou as razões que levaram os Governos a não considerarem o Português como língua materna (PLM) como uma opção na oferta educativa às crianças e jovens lusodescendentes como está consignado na Constituição da República, no sentido de travar o desinvestimento no ensino paralelo nos últimos 10 anos. Nesta conformidade, propôs um modelo de ensino em que alunos lusodescendentes com competências boa/muito boa da língua portuguesa possam seguir programas de português dos ensino básico e secundário, programas de história e geografia de acordo com o currículo nacional redesenhados para contexto migratórios. Recomendou um debate sério e iniciativas promotoras de estudos sobre o EPE de forma a sustentar políticas de língua e de ensino dirigidas às comunidades.

O deputado eleito Rui Tavares salientou a importância das temáticas abordadas, afirmando o seu partido estar de acordo com as medidas propugnadas pelo CCP e CRCPE, nomeadamente o ensino de português como LM no sentido de elevar a autoestima dos lusodescendentes na língua portuguesa. Manifestou também o seu desacordo quanto à manutenção da propina (taxa de inscrição).

O deputado Pedro Soares realçou a importância do tema e estar literalmente contra a propina. Afirmou haver um problema de raciocínio estrutural aquando da mudança de tutela do ME para o MNE no sentido de se ter mudado de paradigma quanto às várias valências da língua e a propagação da nossa cultura. Destacou ainda que as valências linguísticas (PLE e PLM) não são antagónicas e que tem faltado investimento na sua promoção.

O deputado João Oliveira relevou a importância dos temas de trabalho, tendo confirmado as propostas do seu partido na Assembleia da República (AR) para a valorização do corpo docente, anulação da propina e o alargamento da rede. Enfatizou ainda o facto de o problema não estar na tutela mas sim da ação política do Governo que deve investir e valorizar uma política de língua que considere todas as suas valências e dimensões.

O deputado Firmino Marques assinalou as Bodas de Ouro do EPE e o compromisso em valorizar as língua e a cultura portuguesas no mundo. Citou Vergílio Ferreira :“ Da minha língua vê-se o mar” e Fernando Pessoa: “A minha Pátria é a língua portuguesa” significando o brilho da língua e o seu abraço dado ao mundo e também a relação umbilical às comunidades portuguesas mantida através do EPE nestes cinquenta anos.

João Ribeiro de Almeida discordou da visão apresentada sobre o papel do Instituto Camões no EPE. Afirmou que a realidade de impor o PLM é um erro estratégico solicitando a intervenção de João Neves para informar sobre a execução das políticas de língua e educativas no EPE.

Maria João Ruela destacou o esforço do CCP e do CRCPE nesta área e a ideia de como deve ser dada visibilidade ao EPE. As comunidades estiveram e estarão sempre nas preocupações sociais do Presidente da República e o desígnio de manter ligados os portugueses dento e fora de Portugal.

O deputado Paulo Pisco deu particular relevo às alterações operadas ao longo de meio século de EPE, sobretudo o facto de a realidade do EPE ter de se adaptar às realidades dos países de acolhimento. Na sua perspetiva, há que rever o conceito de língua visto a língua portuguesa já não ser uma língua de Emigração mas uma língua global em permanente expansão. Defendeu ainda a ideia que o EPE deve continuar a existir para sempre como factor de afirmação externa.

O deputado Carlos Gonçalves sobrelevou a existência do EPE e a sua importância junto de quatro gerações de lusodescendentes ao longo de meio século. Entretanto coexistem no seio do EPE muitas realidades e não uma única. O português não está ao nível do francês e do inglês tendo um estatuto inferior nos sistemas educativos de vários países. Advoga um papel mais importante para a tutela do MNE no sentido de centralizar toda a política externa, incluindo o EPE e a necessidade dos consulados terem uma política de proximidade não esquecendo todos os agentes e interlocutores nas comunidades.

A deputada Joana Cordeiro salientou o papel relevante do EPE na valorização dos portugueses e lusodescendentes defendendo o ensino de PLM assim como a alteração da tutela. Considerou ainda de extrema importância a introdução das novas tecnologias no ensino da língua, no sentido aproximar todas as crianças e jovens lusodescendentes.

A deputada Inês Sousa Real destacou a necessidade de expandir a rede para um maior reforço dos laços entre todos os portugueses, sendo a língua um importante elo cultural e identitário. Evidenciou o papel das aprendizagens da língua para a integração nas sociedades de residência para eliminar desigualdades.

João Neves do Instituto Camões (IC) apresentou os objetivos do IC para o cumprimento das suas responsabilidades no EPE nas várias valências linguísticas (PLE, PLH) e modalidades de ensino (integrado e paralelo) nos ensinos básico e secundário. Destacou a importância dos docentes e da sua qualificação para um ensino de qualidade e uma melhor construção de ambientes de aprendizagem. Mencionou ainda a colaboração do IC com 6 (seis) universidades e consórcios ligados à ciência.

Amadeu Batel apresentou uma síntese dos cinquenta anos do EPE com enfoque nos seguintes aspetos:

Como chegámos aqui a 2022 com um EPE articulado com a Estratégia Global para a internacionalização da língua portuguesa por opção dos governos desde 2010 em matérias de políticas linguísticas e educativas para as crianças e jovens lusodescendentes desde o pré-escolar e ensinos básico e secundário? Temos, pois, uma imposição ideológica em que os lusodescendentes são obrigados, no processo de ensino e aprendizagem, a aprender o Português como Língua de Herança (PLH) como sinónimo de Língua Estrangeira (PLE) seguindo conteúdos programáticos, usando materiais didáticos e sendo avaliados por descritores avaliativos para o PLE como se fossem estrangeiros com uma competência nula em português. Nestas cinco décadas podemos distinguir dois ciclos no EPE.

Um que atravessa o período de 1972 a 2010 e um outro que decorre de 2010 ao presente.

O primeiro ciclo é caracterizado na sua fase inicial pelo enunciado constitucional de 1976 que assegura aos filhos dos emigrantes o direito ao ensino da língua e o acesso à cultura portuguesas. Nesta conformidade, os políticos tiveram de refletir e tomar decisões sobre as seguintes perguntas: i) O que é uma língua e para que serve em contextos migratórios? ii) Será importante uma língua ser preservada e desenvolvida no sentido de continuar a viver? iii) O que se pode fazer para fortalecer uma língua em contexto diaspórico visando a sua vitalidade?

A resposta a estas perguntas foram sistematicamente ignoradas através de práticas políticas onde sempre prevaleceu o critério do desinteresse.

Em 2022, voltamos a insistir na pergunta ao poder político : O que é uma língua e para que serve nas comunidades portuguesas? Haverá vontade política para uma visão estratégica partilhada com o CCP e o início de um terceiro ciclo no EPE, quebrando o desinteresse pela defesa da língua portuguesa nas comunidades?

Entendemos que para que se vença esse desinteresse será necessário a adoção de uma outra alternativa dentro do PLH em que a Língua seja o Português Língua Materna ou Língua Primeira e que a Herança seja consubstanciada num sentimento de identificação e de pertença dos lusodescendentes a uma comunidade e a Portugal. Sendo assim, o Governo partindo do ponto zero deverá investir em programas, materiais didáticos, formação de professores e investigação didática da língua em contexto migratório. Esta nova alternativa terá o propósito do Governo Português deixar de colaborar, como tem feito até ao presente, com os países de acolhimento na integração linguística e cultural dos lusodescendentes.

O Governo não deve, na sua ação política, confundir assimilação cultural com integração culturalmente diferenciada e recusar o multiculturalismo, o respeito pela diversidade de um mundo com mais de sete mil línguas e culturas.

Em seguida intervieram os conselheiros Alfredo Stoffel, Manuel Machado e Carolina Amado que destacaram a problemática das modalidades de ensino integrado e paralelo, a responsabilidade dos pais na inscrição dos filhos e a necessidade de se ser pragmático quando se opta pelo PLM ou PLE.

Os deputados presentes completaram as suas intervenções dando nota do seguinte: Pedro Soares (BE) reforçou a sua oposição à propina; Rui Tavares (LIVRE): a questão da tutela deve ser vista não numa lógica de um antagonismo entre MNE e ME, mas sim na responsabilização do Instituto Camões na valorização das várias valências do ensino do Português; João Oliveira (PCP) salienta o facto de não ter de haver uma qualquer imposição do ensino do PLE às crianças e jovens lusodescendentes, ser fundamental mentalizar os pais para a aprendizagem da língua portuguesa e exorta o Estado português na implementação de políticas de proximidade; Carlos Gonçalves destaca a função da propina na formação de professores e na aquisição de materiais didáticos, releva os modelos de ensino, em particular, as dificuldades no paralelo e o êxito das certificações das aprendizagens. Considerou que o futuro do EPE está no ensino à distância.

Amadeu Batel concluiu o debate com duas notas explicativas: uma sobre a ideia de responsabilizar os pais devido à falta de interesse em não inscrever os filhos nos cursos do

EPE. Os pais, muitas vezes, não têm muitas opções face à oferta educativa, as condições oferecidas em termos de ambientes de aprendizagem. Além disso, são facilmente manipulados por vários agentes de ensino desde dos administradores escolares nos países de residência aos coordenadores de ensino e docentes do EPE.

Numa outra nota, salientou que as modalidades de ensino no EPE (integrado e paralelo) são formas de ensino não formal, isto é, organizado fora do horário escolar. O integrado como Atividade de Enriquecimento Curricular frequentado também por alunos estrangeiros, e o paralelo com turmas heterogêneas integrando alunos portugueses de várias faixas etárias e diferentes proficiências linguísticas.

Pedro Rupio agradeceu a participação de todas e todos e deu por encerrada a Conferência.

14H30 Avaliação do inquérito promovido pelo CRCPE em parceria com o gabinete da Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas “**Consulta ao Movimento Associativo Português na Europa**”. Formulação de propostas acerca do Decreto-Lei nº 124/2017 que estabelece e regula as condições de atribuição de apoios pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros às ações do movimento associativo das comunidades portuguesas.

A Dra. Berta Nunes, SECP, deu início ao debate sobre os temas propostos, tendo sublinhado a sua passagem pelo governo e o profícuo trabalho realizado no sentido de melhorar as políticas para as comunidades. Abordou genericamente o tema da situação do Movimento Associativo na Europa e a necessidade de se refletir sobre os dados do inquérito e enriquecê-los com as nossas próprias experiências. No que refere ao tema que trata de atribuição de subsídios pelo MNE às associações portuguesas no estrangeiro a SECP destacou que tem recebido e acolhido muitas das sugestões de alteração à atual Lei que lhe têm sido endereçadas. Salientou também que mantém um compromisso com o CCP para reformulação da respetiva Lei no sentido de melhor se adaptar às necessidades do Movimento Associativo.

Pedro Rupio introduziu o tema sobre a Consulta ao movimento associativo português na Europa relevando o seu propósito, nomeadamente o de encontrar as causas para as dificuldades que atravessa e procurar soluções prospetivas para assegurar a sua continuidade. Referiu-se ainda ao outro tema incluído na consulta que aborda a questão da “Urgência de se simplificar o “burocrático” e “complexo” regulamento de atribuição de apoios da DGACCP”.

Paulo Marques (França) enunciou várias críticas relativas ao atual modelo de financiamento em toda a Europa pelo facto de não estar adaptado às diferentes realidades do movimento associativo no seu conjunto, e por ter de passar pelo crivo da nossa diplomacia. Considerou urgente a introdução de alterações facilitadoras no preenchimento dos formulários de candidatura. Os conselheiros Rogério Oliveira (Luxemburgo), João Veloso (França), Manuel Cardia Lima (França) e Alfredo Stoffel (Alemanha) corroboraram as críticas de Paulo Marques tendo acrescentado também a necessidade de se utilizar uma linguagem clara nas candidaturas, formar dirigentes associativos e efetuar o pagamento do subsídio em tranches.

Amadeu Batel (Suécia/Países Nórdicos) advertiu para o facto de não se crer excessivamente na ideia de ser o Governo português a única e exclusiva fonte de financiamento capaz de travar certos processos ocorridos no declínio do movimento associativo, mesmo observando uma profunda alteração nas políticas de proximidade com as comunidades. A maior responsabilidade, essa terá de ser, sobretudo, atribuída aos governos dos países de residência. Neste contexto, assinalou as fragilidades do movimento associativo português na Europa, e

não só, em não estar organizado a nível nacional com objetivos nacionais nos países de acolhimento em matérias de defesa de políticas setoriais para as minorias étnicas/imigradas.

Emanuelle Afonso do Observatório dos Lusodescendentes salientou a impossibilidade de poder apresentar candidaturas visto estas terem de passar apreciação dos postos consulares. Considerou importante serem seguidas as boas práticas que observem as realidades de cada país e anunciou ainda outras formas de financiamento para projetos, nomeadamente os associados a apoios europeus.

José Governo da AILD (Associação Internacional de Lusodescendentes) abordou questões ligadas às políticas de proximidade como imperativo para fazer a diferença no apoio ao movimento associativo, a necessidade de um maior investimento na formação de dirigentes associativos e de criação de redes associativas e a importância das Câmaras municipais no desenvolvimento de ações dirigidas às comunidades.

Vítor Gil (Associação da Mulher Migrante) agradeceu convite, destacando a pertinência do debate das temáticas abordadas.

Participaram no debate Sara Santos (Também Somos Portugueses) e Fernando Cabaço da Associação Casa Portuguesa de Maiorca que destacou o bom relacionamento mantido com os serviços consulares e a Secretaria de Estado das Comunidades sobretudo durante a fase pandémica.

Luís Ferraz, novo Diretor-Geral da DGACCP, dirigiu-se aos conselheiros significando o seu apreço pelo CCP e todas e todos os seus representantes, mostrando-se entusiasmado de poder nestas suas novas funções manter um compromisso com as comunidades, visto possuir um vasto conhecimento das suas variadas realidades.

16H30 Eleições do CCP, em particular na Europa e revisão da Lei. Autonomia do CCP e mudança de tutela.

Amadeu Batel ensaiou umas notas explicativas relativas ao processo que tem sistematicamente protelado a marcação pela SECP das eleições para o CCP, designadamente o passa-culpas entre a SECP e o Parlamento (2ª Comissão) sobre a responsabilidade da iniciativa legislativa conducente à Revisão da Lei; os efeitos causados pela pandemia; a iniciativa de nas eleições se ensaiar um teste piloto de voto eletrónico num país europeu a selecionar e finalmente a dissolução da AR e convocação das eleições legislativas para 30 de janeiro de 2022. Neste contexto, reforçou a ideia se ter alguma paciência e aguardar pela marcação das eleições, visto ser imperiosa uma revisão da Lei no sentido de nela se introduzirem muitas das propostas e recomendações ínsitas na Resolução 2019/01 do CCP, como também a alteração do número de conselheiros a eleger por círculos tendo em conta a distribuição a operar devido ao recenseamento automático. Em sua opinião, o processo legislativo (Paulo Pisco-PS terá redigido uma proposta) iniciar-se-á após aprovação dos Programa do Governo e do OE (abril –maio - junho) podendo as ter lugar no último trimestre do corrente ano ou, o mais tardar, no início, do primeiro trimestre de 2023.

A finalizar, referiu-se à proposta do CCP-França que com toda a legitimidade na sua última reunião tomou a posição abaixo citada:

“Recomendamos que haja eleições com a máxima brevidade possível, ainda este ano. Caso contrário, recomendamos a marcação de eleições através do recurso à lei n° 66-A/2007 de 11 de dezembro, retificada pela lei n° 29/2015 de 16 de abril, artigo 4° n° 3.” Reunião CCP-França, 19 - 20 fevereiro de 2022.

A este respeito, convém esclarecer a situação decorrente da Lei em provocar uma sobreposição de poderes entre os vários órgãos do Conselho sobre várias matérias devido a idênticas atribuições e competências.

Em seguida foram vários as/os conselheiras/os que intervieram sobre o tema em debate.

Paulo Marques defendeu o posicionamento do CCP-França na convocação rápida das eleições; Alfredo Stoffel (Alemanha) deixou algumas interrogações sobre a data prevista para a sua realização assim como a própria revisão da lei. Considerou-a ser uma Lei manca e necessitada de alterações da sua atual orgânica bem como da distribuição de mandatos devido ao atual número de recenseados na Europa e Fora da Europa; João Verdades Santos (Luxemburgo) manifestou-se preocupado com o adiamento e os efeitos negativos no prestígio do CCP enquanto órgão representativos dos portugueses na diáspora; Manuel Machado e José Loureiro (Alemanha) avançaram com a ideia de talvez ter sido possível realizar as Eleições na vigência da atual Lei, deixando para o próximo CCP dar continuidade aos objetivos plasmados na Resolução 2019/01 do CP do CCP.μ; Carolina Amado (França) corroborou estas opiniões e considerou ser pertinente considerar a proposta do CCP-França; Sérgio Tavares (Reino Unido) considerou importante aguardar pela Revisão da Lei sobretudo devido à necessidade de rever a distribuição de mandatos e pelo facto de se proceder ao teste piloto (voto eletrónico) num país europeu nas eleições para o CCP. Os restantes conselheiros presentes manifestaram-se a favor de aguardar pela marcação das eleições fixando, entretanto, um prazo para a sua concretização.

Sendo assim, o CRCPE concluiu que “ O processo legislativo na próxima legislatura deve ser iniciado logo no seu início para o processo de aprovação na AR da nova Lei permita a marcação de eleições ainda durante o corrente ano.

Quanto às questões relacionadas sobre a Autonomia e mudança de tutela o CRCPE reitera o seu total apoio ao documento aprovado pelo Conselho Permanente, e no qual se definem os objetivos necessários para a legitimação e autonomia do CCP bem como a mudança de tutela do MNE para a PCM fundamentada numa perspetiva de não se olhar para as Comunidades Portuguesas numa lógica do exterior.

18H30 Encerramento dos trabalhos do primeiro dia

2° Dia - Sexta-feira, 11 de março

10H00 Desmaterialização dos atos consulares - Berta Nunes (SECP)

Neste ponto, e a convite do Presidente do CRCPE, participou, Carlos Ribeiro, deputado do PSD à Assembleia Regional da Região Autónoma da Madeira. Carlos Ribeiro agradeceu o convite, tendo apresentado, em síntese, as suas preocupações e as do seu Partido sobre

problemáticas atinentes às comunidades portuguesas, particularmente as de origem madeirense e luso-venezuelanas.

A Dra. Berta Nunes, com o apoio de um power-point percorreu alguns dos procesos decorrente, neste últimos anos, exemplificando mudanças consideradas bem sucedidas e facilitadoras de melhor atendimento e serviços aos utentes. Destacou a ambição dos governos em implementar uma política de proximidade no novo modelo de gestão consular bem como a excelente colaboração entre o MNE e a AMA (Agência de Modernização Administrativa). Concordou com o arrastamento de problemas derivado da falta de pessoal nos consulados e, a este respeito, salientou a propósito do Governo em ter posto em concurso 102 vagas para funcionários consulares. A SECP foi interpelada pelos conselheiros Maria Céu Campos, João Verdades Santos, Rogério Oliveira, João Veloso, Paulo Marques, Luísa Semedo, António Cunha e Sérgio Tavares sobre vários problemas considerados disfuncionais para uma melhoria da política de proximidade, nomeadamente os CAC, a falta de recursos humanos, o atendimento moroso, a deficiente comunicação com o movimento associativo e a necessidade de se criar uma maior abertura dos nossos diplomatas no relacionamento com os nossos compatriotas.

11H00 Problemáticas relacionadas com a fiscalidade de portugueses residentes na Europa

António Mendonça Lopes – Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (SEAF)

O SEAF mostrou a sua satisfação em participar nesta reunião salientando a importância da coesão entre os portugueses em Portugal e na diáspora. Considerou relevante a existência do Guia Fiscal, documento que ajuda a esclarecer questões gerais, havendo porém outras, que são igualmente importantes clarificar.

Considerou o Programa Regressar um instrumento importante para os portugueses na diáspora que querem ter uma relação mais próxima com Portugal ao mesmo tempo que possuem profissões de alto valor acrescentado. Referiu-se à Autoridade Tributária (AT) com 700 serviços de atendimento presencial e agendamento através do Portal das Finanças para resolução de problemas complexos colocados pelos cidadãos.

Foi categórico em considerar a figura do Representante Fiscal como obsoleta na nossa legislação. Para um cidadão que não tem relação habitual com o país não faz sentido manter uma obrigação fiscal com esse cidadão.

Domingos Pereira (Suíça) questiona-se sobre o IMI pelo facto de como proprietário de um imóvel em Portugal ser tributado em Portugal e na Suíça visto este país considerar que, enquanto proprietário, deve pagar uma taxa de rendimento. O SEAF esclareceu que esta regra não é portuguesa, mas sim suíça, e por isso, não se trata de uma dupla tributação. Comprometeu-se em, em comunicado prestar uma clarificação sobre este assunto.

14H15 Participação cívica e política (igualdade de direitos políticos aos portugueses e portuguesas na Europa): representação política das Comunidades Portuguesas no Parlamento e apreciação da participação eleitoral da Diáspora nas eleições legislativas de 30 de janeiro de 2022.

Participaram na discussão do primeiro tema Maria João Ruela, assessora do Presidente da República) e o deputado eleito pelo Chega, Mithá Ribeiro, chefe do Gabinete de Estudos do Partido. Pedro Rupio esclareceu que este é um tema para discussão interna se bem que tenha

excepcionalmente autorizada a presença destes convidados. Mithá Ribeiro salientou a importância dada pelo seu partido às questões identitárias e elogiou o CRCPE pela excelência dos trabalhos da reunião, facto que iria transmitir aos órgãos diretivos do CHEGA.

Luísa Semedo interpelou o deputado para ser portador de uma mensagem ao líder do seu Partido, na qual relevava os posicionamentos ideológicos do CHEGA centrados no discurso do ódio e de apoio à extrema direita europeia xenófoba e racista.

Pedro Rupio, responsável pelo Grupo de Trabalho (GT), indigitado pelo Conselho Permanente para elaborar esta proposta sobre a representatividade nos círculos da Emigração para posterior discussão, análise e aprovação nos Conselhos Regionais e no CP, introduziu o tema e a sua fundamentação (vide anexo). Na sequência da apresentação, os conselheiros refletiram sobre a complexidade da proposta, tentando contextualizá-la e problematizá-la à luz das alterações da Lei Eleitoral nas Legislativas, novo código eleitoral (uniformização das modalidades de voto, inclusive nas presidenciais), o aumento do número de deputados, depois da introdução do recenseamento automático, em particular na Europa, que é um círculo com quase um milhão de eleitores (o terceiro com mais eleitores) e com a possibilidade de um crescimento exponencial em futuras eleições, tendo em vista que o número de cidadãos portugueses com Cartão de Cidadão ser de 2,3 milhões.

A problematização da concretização das nossas propostas é fundamentada nas enormes resistências e oposição, que os os partidos políticos com assento parlamentar, em particular, e a sociedade portuguesa, em geral, evidenciam face a uma maior inclusão e cumplicidade dos portugueses no estrangeiros nos atos eleitorais em Portugal.

Sendo assim, o CRCPE deliberou:

1. Aprovar a proposta de aumento de deputados para 8 (oito) distribuídos do seguinte modo: Europa=5 e Fora da Europa= 3.
2. Reapreciar o texto no seu conjunto, reformulando-o para fundamentar os motivos que melhor sirvam para justificar e significar uma verdadeira inclusão e representação dos portugueses na Europa e Fora da Europa nos atos eleitorais em Portugal.

Apreciação da participação eleitoral da Diáspora nas eleições legislativas de 30 de janeiro de 2022.

Os conselheiros presentes abordaram um acervo de problemas decorrentes do processo eleitoral de 30 de janeiro, tendo manifestado um unânime consenso sobre aspetos gravosos registados, inclusive alguns deles pouco abonatórios de práticas democráticas assentes em valores e direitos fundamentais a observar num ato eleitoral. A este respeito, a anulação de 157 mil votos e a repetição do ato eleitoral no círculo da Europa após decisão do Tribunal Constitucional, apresenta-se-nos de extrema gravidade, visto a anulação dos votos ter obstaculizado um registo de 21% de participação numa eleição legislativa, número jamais ocorrido.

O CRCPE lamenta profundamente a forma como os partidos políticos, a CNE, o SGMAI e a comunicação social trataram com muita leveza todas estas questões, colocando o ónus nos cidadãos eleitores, responsabilizando-os pelo facto de termos hoje “ UM PAÍS ADIADO”.

Nesta conformidade, o CRCPE deliberou aprovar a seguinte moção no âmbito da repetição das Eleições Legislativas no Círculo da Europa, a ser enviada à SECP e à Comunicação Social:

“O CRCPE alerta sobre informações contraditórias acerca da data limite para o envio dos boletins de voto no contexto da repetição das eleições legislativas no círculo da Europa”.

16H15 Eleição da/o Presidenta/e e Secretária/o do Conselho Regional da Europa

Nos termos da Lei n° 66-A/2007, de 11 de dezembro, alterada pela Lei n° 29/2015 de 16 de abril.

O Presidente Pedro Rupio anunciou a necessidade de uma renovação da Mesa Diretora pelo facto de sentir alguma falta de energia em poder continuar na liderança, nos mesmos termos de eficiência e determinação. Em seguida, foi aberto um debate sobre os prós e os contras de uma mudança de Mesa Diretora no atual momento, em que o CRCPE se encontra em fim de mandato. Sendo assim, os conselheiros propuseram a recondução dos atuais presidente e secretário que integram a Mesa Diretora, tendo salientado o excelente trabalho desenvolvido durante o presente mandato. Em seguida **foi aprovada, por unanimidade, a reeleição dos Conselheiros Pedro Rupio e Amadeu Batel para os cargos de Presidente e Secretário do Conselho Regional da Europa para um mandato de um ano.**

17H00 Sessão de encerramento

O Presidente deu por encerrada a reunião do CRCPE saudando tod(a)os a(o)s presentes, conselheira(o)s, agradecendo o empenho e o contributo dados para o êxito da reunião, tendo também apelado à nossa constante observância no que diz respeito à prossecução das orientações e conclusões saídas desta reunião, no sentido de assegurar a autonomia, legitimação institucional do CRCPE face aos inúmeros desafios colocados no futuro imediato às comunidades portuguesas na Europa.

Estocolmo e Bruxelas, aos 11 de abril de 2022

Amadeu Batel
Secretário

Pedro Rupio
Presidente

3ª versão corrigida